

CURADORIA (ativista) DE VÍDEOS

Remoções forçadas e megaeventos esportivos no Rio de Janeiro

Apresentação.....	2
Quadros resumidos das principais conclusões.....	3
Legislação nacional e internacional violada.....	5
Apêndice 1: Detalhamento das conclusões.....	7
Apêndice 2: Lista completa de violações denunciadas nos vídeos.....	9
Apêndice 3: Trechos de depoimentos contidos nos vídeos.....	10
Apêndice 4: Lista completa dos vídeos identificados.....	14
Apêndice 5: Lista completa dos produtores dos vídeos identificados.....	17
Apêndice 6: Tabela com número de famílias removidas no RJ.....	19
Apêndice 7: Violações apontadas por defensores públicos.....	20
Apêndice 8: Propostas do Comitê Popular do Rio.....	21
Apêndice 9: Mais sobre o projeto da curadoria.....	23

Apresentação:

Rio de Janeiro. Palco da final da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, mas por trás das celebrações, longe dos holofotes, uma disputa gigante em curso. Uma disputa por cidade, terra, espaço e direitos. Na linha de frente, dezenas de favelas, que -de repente- se viram ameaçadas de extinção.

A história muda dramaticamente dependendo de quem a conta.

De um lado, o prefeito e outras autoridades repetindo que: "não há remoções forçadas" no Rio de Janeiro, e, apesar de alguns "erros da Prefeitura", todas as áreas atingidas por obras "estão sendo reassentadas e tratadas com dignidade".

Do outro, relatos e mais relatos com versões completamente contrárias - histórias de famílias postas na rua, sem informação, tratores chegando sem aviso -às vezes à noite- para demolir favelas inteiras, comerciantes que perderam seu ganha-pão e até hoje lutam para recompor suas vidas.

No que acreditar?

O que fizemos:

Para chegar a uma resposta, uma equipe investigativa passou 18 meses vasculhando as redes virtuais e presenciais em busca de fatos. Por considerar o vídeo uma das ferramentas mais irrefutáveis de registro e denúncia, decidimos focar a nossa busca em vídeos denunciando remoções forçadas em áreas empobrecidas do Rio de Janeiro.

Encontramos, na fase inicial de janeiro a dezembro de 2012, 114 vídeos, desde clipes feitos por cineastas e veículos da imprensa até vídeos mais brutos, captados no calor do momento pelos celulares e câmeras de moradores atingidos, ativistas e lideranças comunitárias.

Assistimos cada minuto, ouvimos cada depoimento e checamos cada denúncia para começar a juntar os pedaços do quebra-cabeça.

Vídeo por vídeo, iniciamos um processo de curadoria para sistematizar o conteúdo, encontrar a narrativa da soma das partes e identificar os padrões recorrentes nas denúncias, depoimentos e histórias retratadas nos vídeos.

Como fizemos:

A equipe organizou o material cadastrando cada vídeo num banco de dados categorizado por vários eixos: tipo de violação denunciada, localização, estágio da remoção (antes, durante ou depois), justificativa oficial pela remoção, entre outros.

Com este banco de dados pronto, passamos então a contextualizar e validar o material, buscando três fontes independentes para corroborar as denúncias contidas em cada vídeo. E então passamos esses materiais a um grupo voluntário de advogados, que dedicou horas de atenção para vincular as denúncias a trechos específicos de leis que estavam sendo violadas, tanto nas esferas municipal/estadual/nacional quanto nos tratados e acordos internacionais de direitos humanos que o Brasil ratificou¹.

¹ Fonte: Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do RJ -maio de 2013; p.129-134. O Brasil é signatário dos seguintes tratados e convenções internacionais de direitos humanos que estabelecem regras relativas ao direito à terra, à moradia e à propriedade: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; Pacto Internacional de Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de 1966; Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966; Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1965; Declaração sobre Raça e Preconceito Racial de 1978; Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979; Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989; Declaração sobre Assentamentos Humanos de Vancouver de 1976; Agenda 21 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992; Agenda Habitat de 1996; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989; a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948; a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969. Além disso, o Brasil reconhece a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O que descobrimos:

Este é o retrato que emergiu: 114 vídeos foram identificados, retratando denúncias de remoções ou ameaças de remoções forçadas em 21 comunidades cariocas² entre 2008-2012³.

Os vídeos foram feitos pela mais variada gama de pessoas e coletivos, incluindo por movimentos sociais e organizações da sociedade civil (29%), veículos da imprensa alternativa e/ou independente (25%), cidadãos-repórteres (13%), veículos da grande imprensa (11%), e os próprios moradores atingidos (8%). É importante ressaltar este ponto porque mostra que a mesma informação foi veiculada por uma série de fontes não-coordenadas entre si, o que invalida o argumento de que a pauta das remoções vem de algum grupo específico com interesses políticos e/ou partidários.

Os vídeos retratam áreas vivendo os diferentes estágios de um processo de remoção, desde as que se encontram ameaçadas de remoção (44%) até as que estão passando por remoções (27%) e outras que já sofreram remoções (14%)⁴.

Em seguida, um resumo das denúncias mais recorrentes (*e o detalhamento completo das conclusões da pesquisa mais abaixo*):

ANTES: DENÚNCIAS MAIS FREQUENTES EM COMUNIDADES AMEAÇADAS DE REMOÇÃO

DENÚNCIA
violação ao direito à informação (denunciada em 44% dos vídeos examinados)
violação do direito à posse (denunciada em 37% dos vídeos examinados)
propostas inadequadas de reassentamento (denunciadas em 31% dos vídeos examinados)
violação do direito ao devido processo legal (denunciada em 22% dos vídeos examinados)
propostas inadequadas de indenização (denunciadas em 20% dos vídeos examinados)

DURANTE: DENÚNCIAS MAIS FREQUENTES EM COMUNIDADES PASSANDO POR REMOÇÕES

DENÚNCIA
falta de aviso prévio adequado (denunciada em 53% dos vídeos examinados)
agressões, intimidações e ameaças verbais durante a remoção (denunciadas em 44% dos vídeos examinados)
demolição parcial das comunidades para pressionar famílias que ainda resistem (denunciada em 38% dos vídeos examinados)
intimidação e ameaças por parte do poder público antes da remoção ocorrer (denunciada em 35% dos vídeos examinados)
demolição antes da definição de um reassentamento definitivo (denunciada em 29% dos vídeos examinados)

² As comunidades mais representadas, em ordem decrescente, foram: Vila Autódromo, Morro da Providência, Vila Harmonia, Favela Metrô-Mangureira, Largo do Campinho, Restinga, Pavão-Pavãozinho, Vila Taboinha, Rocinha, Santa Marta, Rua Domingos Lopes, Rua do Livramento, Vila Recreio 2, Asa Branca, Estradinha/Tabajaras, Laboriaux, Sambódromo, Babilônia, Canal do Anil, Indiana e Vila Quaxime.

³ As datas correspondem às datas de publicação dos vídeos, considerando a dificuldade de precisar datas de filmagem de cada vídeo devido à diversidade de fontes e criadores dos materiais.

⁴ Os restantes 14% dos vídeos representam entrevistas com especialistas e/ou autoridades, assim como manifestações mais artísticas e/ou culturais sobre a problemática das remoções no Rio de Janeiro.

DEPOIS: DENÚNCIAS MAIS FREQUENTES EM COMUNIDADES JÁ REMOVIDAS

DENÚNCIA
falta de aviso prévio adequado (denunciada em 56% dos vídeos examinados)
demolição parcial das comunidades para pressionar famílias que ainda resistem (denunciada em 50% dos vídeos examinados)
violação ao direito à informação (denunciada em 44% dos vídeos examinados)
propostas inadequadas de indenização (denunciadas em 39% dos vídeos examinados)
propostas inadequadas de reassentamento (denunciadas em 33% dos vídeos examinados)

Para as favelas já removidas, os moradores denunciaram as seguintes consequências das remoções:

- ξ Perda de fonte de renda (denunciada em 33% dos vídeos examinados).
- ξ Acesso dificultado ao centro, pela nova moradia ser num local muito mais distante (denunciada em 33% dos vídeos examinados).
- ξ Perda de um comércio que a Prefeitura não indenizou (denunciada em 20% dos vídeos examinados).
- ξ Crianças ficaram fora da escola porque se mudaram para longe e não havia vagas nas escolas do bairro novo (denunciada em 20% dos vídeos examinados).
- ξ Nova moradia mais distante de hospitais e centros de saúde (denunciada em 20% dos vídeos examinados).
- ξ O morador tem custos maiores com transporte depois da remoção (denunciada em 20% dos vídeos examinados).

Conclusões:

Se cada vídeo identificado pela curadoria representa um pontinho isolado no céu, a soma dos pontinhos forma uma constelação que retrata contundentemente o padrão sistemático de violações aos direitos humanos das áreas atingidas por remoções e despejos forçados no Rio de Janeiro. Cabe ao poder público reconhecer e reparar os erros. Além disso, o Estado deve implementar novas práticas que compensem às famílias, respeitar as leis vigentes da cidade, do país e os tratados internacionais assinados pelo Brasil, criar canais de diálogos transparentes, indenizações justas e, principalmente, permitir que os atingidos possam intervir nos projetos urbanísticos destinados a área onde vivem.

Os reassentamentos não podem significar piora nas condições de vida das famílias afetadas pelos megaeventos, como foi constatado pela curadoria. Aluguel social não é projeto habitacional popular, as indenizações não levam em conta a ligação histórica e afetiva com o local. A realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas não podem ser usadas como argumento para a limpeza étnica e social das áreas empobrecidas do Rio. A remoção deve ser, conforme a legislação, a última opção e não a primeira, como vem fazendo a Prefeitura.

LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL VIOLADA:

Direito à moradia na legislação nacional e internacional

§ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

§Artigo 25.1: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.”

§ Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)

§Artigo 11: “Os estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e **moradia adequadas**, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.”

§ Constituição Federal

§Art 6º- São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, **a moradia** o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

§ Constituição Estadual

§Art. 234 – No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão: I – urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área imponham risco à vida de seus habitantes;

§Art. 265 – Os projetos governamentais da administração direta ou indireta, que exijam a remoção involuntária de contingente da população, deverão cumprir, dentre outras, as seguintes exigências:

I – pagamento prévio e em dinheiro de indenização pela desapropriação, bem como dos custos de mudança e reinstalação, inclusive, neste caso, para os não-proprietários, nas áreas vizinhas às do projeto, de residências, atividades produtivas e equipamentos sociais.

§ Estatuto da Cidade – lei 10.257/01

§Art.2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I– garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à **moradia**, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – **gestão democrática por meio da participação da população** e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (...)

§ Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro

§Art. 429 – A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos:(...)

VI – urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, **sem remoção dos moradores**, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham riscos de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras:

A) Laudo técnico do órgão responsável;

B) Participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções;

C) Assentamento em localidade próximas dos locais de moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento.”

§Art. 458 – Todo cidadão tem o direito de ser informado dos atos do Poder Público em relação à política urbana. Parágrafo único – O Poder Público garantirá os meios para que a informação chegue aos cidadãos, dando-lhes condições de discutir os problemas urbanos e participar de suas soluções.

§ Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

§Artigo 5: De conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2, os Estados-partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gozo dos seguintes direitos: [...] e) direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente: [...] iii) direito à habitação.

§ Convenção sobre os Direitos das Crianças

§Artigo 16, 1: Nenhuma criança será objeto de interferências arbitrárias ou ilegais em sua vida particular, sua família, seu domicílio ou sua correspondência, nem de atentados ilegais a sua honra e a sua reputação.

Apêndice 1:

DETALHAMENTO DAS CONCLUSÕES

ANTES: Nas comunidades ameaçadas de remoção, as denúncias mais recorrentes encontradas nos vídeos foram:

1. violação ao direito à informação (denunciada em 44% dos vídeos examinados)
2. violação do direito à posse (denunciada em 37% dos vídeos examinados)
3. propostas inadequadas de reassentamento (denunciadas em 31% dos vídeos examinados)
4. violação do direito ao devido processo legal (denunciada em 22% dos vídeos examinados)
5. propostas inadequadas de indenização (denunciadas em 20% dos vídeos examinados)
6. falta de aviso prévio adequado (denunciada em 17% dos vídeos examinados)
7. intimidação e ameaças por parte do poder público (denunciada em 13% dos vídeos examinados)
8. demolição parcial das comunidades para pressionar famílias que ainda resistem (denunciada em 9% dos vídeos examinados)

DURANTE: Nas comunidades passando por processos de remoção, as denúncias mais recorrentes encontradas nos vídeos foram:

1. falta de aviso prévio adequado (denunciada em 53% dos vídeos examinados)
2. agressões, intimidações e ameaças verbais durante a remoção (denunciadas em 44% dos vídeos examinados)
3. demolição parcial das comunidades para pressionar famílias que ainda resistem (denunciada em 38% dos vídeos examinados)
4. intimidação e ameaças por parte do poder público antes da remoção ocorrer (denunciada em 35% dos vídeos examinados)
5. demolição antes da definição de um reassentamento definitivo (denunciada em 29% dos vídeos examinados)
6. violação do direito à posse (denunciada em 26% dos vídeos examinados)
7. remoção sem cuidados específicos para pessoas com necessidades especiais como idosos, crianças, pessoas com necessidades médicas (denunciada em 24% dos vídeos examinados)
8. remoção sem cuidados específicos para pessoas com necessidades especiais como idosos, crianças, condições médicas (denunciada em 24% dos vídeos examinados)
9. propostas inadequadas de reassentamento (denunciada em 24% dos vídeos examinados)
10. violação do direito ao devido processo legal (denunciada em 24% dos vídeos examinados)
11. violação ao direito à informação (denunciada em 24% dos vídeos examinados)
12. violência física por parte do poder público durante a remoção (denunciada em 21% dos vídeos examinados)
13. falta de entrega de documentação oficial por parte do poder público (denunciada em 18% dos vídeos examinados)
14. propostas inadequadas de indenização (denunciadas em 15% dos vídeos examinados)
15. perda de bens e pertences pessoais (denunciadas em 15% dos vídeos examinados)

DEPOIS: Nas comunidades que já haviam sido removidas, as denúncias mais recorrentes encontradas nos vídeos foram:

1. falta de aviso prévio adequado (denunciada em 56% dos vídeos examinados)
2. demolição parcial das comunidades para pressionar famílias que ainda resistem (denunciada em 50% dos vídeos examinados)
3. violação ao direito à informação (denunciada em 44% dos vídeos examinados)
4. propostas inadequadas de indenização (denunciadas em 39% dos vídeos examinados)
5. propostas inadequadas de reassentamento (denunciadas em 33% dos vídeos examinados)
6. violação do direito à posse (denunciada em 33% dos vídeos examinados)
7. perda de propriedade durante a remoção (denunciada em 33% dos vídeos examinados)
8. demolição antes da definição de um reassentamento definitivo (denunciada em 33% dos vídeos examinados)
9. intimidação e ameaças (denunciada em 28% dos vídeos examinados)
10. remoção sem cuidados específicos para pessoas com necessidades especiais como idosos, crianças, condições médicas (denunciada em 22% dos vídeos examinados)
11. agressões, intimidações e ameaças verbais durante a remoção (denunciadas em 17% dos vídeos examinados)
12. falta de entrega de documentação oficial por parte do poder público (denunciada em 17% dos vídeos examinados)
13. violação do direito ao devido processo legal (denunciada em 11% dos vídeos examinados)
14. violência física por parte do poder público durante a remoção (denunciada em 11% dos vídeos examinados)
15. falta de identificação dos representantes do poder público (denunciada em 11% dos vídeos examinados)
16. falta da presença de assistentes sociais (denunciada em 11% dos vídeos examinados)

Os depoimentos de pessoas já removidas revelam as seguintes consequências sofridas em decorrência da remoção:

1. perda de fonte de renda (denunciada em 33% dos vídeos examinados)
2. acesso dificultado ao centro, pela nova moradia ser num local muito mais distante (denunciada em 33% dos vídeos examinados)
3. perda de um comércio que a Prefeitura não indenizou (denunciada em 20% dos vídeos examinados)
4. crianças ficaram fora da escola porque se mudaram para longe e não havia vagas nas escolas do bairro novo (denunciada em 20% dos vídeos examinados)
5. nova moradia mais distante de hospitais e centros de saúde (denunciada em 20% dos vídeos examinados)
6. o morador tem custos maiores com transporte depois da remoção (denunciada em 20% dos vídeos examinados)

Apêndice 2:

LISTA COMPLETA DE VIOLAÇÕES DENUNCIADAS:

1. Violação ao direito à informação - a pessoa relata não ter recebido as devidas informações do poder público sobre o motivo da remoção, as opções de reassentamento, os direitos da família atingida, os prazos e processos para se obter informações, etc
2. falta de acesso ao projeto de interesse público e debates sobre o mesmo e também a alternativas e soluções com a comunidade.
3. Falta de apresentação de plano de reassentamento
4. Falta de aviso prévio adequado - a pessoa relata não ter sido notificada com tempo suficiente (por exemplo: uma família recebe uma ordem para sair da sua casa em poucos dias)
5. Intimidação e ameaças - a pessoa diz ter sofrido pressão do poder público para sair da sua casa antes dos devidos processos serem concluídos
6. Falta de devido processo legal - a pessoa diz não conhecer seus direitos e não ter conseguido nenhum tipo de apoio jurídico de advogados ou defensores públicos
7. Demolição parcial da comunidade para pressionar os que ainda resistem - a pessoa diz que o poder público já começou a demolir casas na comunidade, deixando os escombros e dificultando a vida das pessoas
8. demolição de imóveis realizadas sem observância dos requisitos legais, como presença de profissional habilitado e medidas de segurança que garantam a integridade física das pessoas bem como dos imóveis vizinhos
9. Propostas inadequadas de reassentamento - a pessoa relata que a alternativa oferecida pela Prefeitura é inferior a situação atual da família atingida, impedindo que a pessoa poder manter ou melhorar sua condição de vida
10. Propostas inadequadas de indenização - a proposta de indenização que a Prefeitura oferece valor insuficiente para manter sua qualidade de vida
11. Violação ao direito à posse - apesar de viver na comunidade há mais de 5 anos sem ter tido sua posse contestada, este direito não está sendo respeitado
12. Violência física da polícia ou dos agentes da prefeitura durante a remoção
13. Agressões, intimidações e ameaças verbais antes ou durante a remoção
14. Perda de bens e pertences pessoais durante a remoção
15. Remoção em períodos proibidos pelas normas dos direitos humanos (por exemplo: remoção à noite, em dias de importância religiosa, em dias de mau tempo)
16. Remoção sem cuidados específicos para pessoas com necessidades especiais como idosos, crianças, pessoas com necessidades médicas, etc
17. Demolição sem um reassentamento definitivo já assegurado e aprovado pela comunidade
18. Falta de entrega de documentação oficial do poder público durante a remoção
19. Falta de identificação dos representantes do poder público (o não-uso de crachás, por exemplo)
20. Ausência de assistência social, médica e psicológica
21. A casa foi marcada pela SMH sem autorização do possuidor ou proprietário, danificando o imóvel
22. Área considerada de risco sem apresentação de laudo técnico fundamentado,
23. Área considerada de risco sem garantia de participação da comunidade nas alternativas e soluções oferecidas
24. Área considerada de risco sem garantia de reassentamento em local próximo

Apêndice 3:

TRECHOS DE DEPOIMENTOS CONTIDOS NOS VÍDEOS

"Das pessoas que foram para *(a área de reassentamento indicada pela Prefeitura)*, as crianças estão sem escolas, os hospitais estão super lotados". Antonieta, moradora removida do Largo do Campinho, em [Desapropriação pela Transcarioca](#)

"Quando se trata da minha mãe, eu me emociono mesmo, e foi Deus que me segurou porque na hora me deu uma revolta tão grande que...você tá dentro do que é seu, do que você montou com tanto sacrifício. A gente não é contra o projeto, mas que venha com educação, avisasse antes 'ó tal dia vocês vão sair', mas não avisaram ninguém. Pegaram a gente de surpresa". Morador removido do Largo do Campinho, em [Campinho Evictee on What Rio Government Could Have Done](#)

"Nós construímos o esgoto porque não tinha, o esgoto nosso era a céu aberto. Cada um construiu sua casa e a questão é que todos já estão centrados aqui...mudar? [Pergunta- vcs estão aqui 25 anos então a terra é de vcs] Com certeza, na Constituição do Brasil, no Estatuto da Terra, a terra é nossa. Mas sempre tem uma ameaça quando tem grandes eventos no Rio, de se tornar aquele local inadequado para que troque essas pessoas para que vá pra um local distante. Vem sempre essa preocupação, como vem Copa do Mundo e Olimpíadas nós estamos nos organizando para que não aconteça esse detalhe". Morador em [Asa Branca Antes dos Jogos Olímpicos](#)

"A gente ouve falar: isso aqui não é aldeia, índio tem que morar na floresta. A qualquer hora vai entrar a polícia e vai jogar todos vocês para fora. Isso aqui vai virar espaço para a copa do mundo. Então, este é o tipo de pressão que a gente vem ouvindo, mas o governo não vem falar nada pra gente oficialmente". [Slum Stories: Brazil - Living in the city that hosts the World Cup](#)

"O que a gente vê muito no Rio é que lutar contra a Prefeitura está sendo uma luta muito desigual. O pessoal tem medo, teme em perder a sua própria moradia. Se não aceitarem ir para o Mangueira 2, vai vir o trator e vai passar por cima". Francicleide, moradora, em [Vozes da Missão: Favela do Metrô](#)

"Os meus filhos estudam aqui perto, o meu filho -o menorzinho, de um ano, faz tratamento no Hospital Menino Jesus aqui perto, e eles querem retirar a gente daqui lá pro fim do mundo, sem a gente ter opção de escolha... A princípio, eles chegaram aqui pintando as casas, pintando as portas, fizeram a gente assinar um laudo de interdição, a gente inocentemente sem saber, sem ter informação de nada, teve que assinar...a gente foi pressionado a fazer isso.... Eu, por exemplo, moro aqui há mais de 20 anos, a minha vida foi toda aqui". Maria Zenaide, moradora da Favela do Metrô, em [Luta pela Moradia - A Voz dos Excluídos](#)

"Para mim não fez nenhuma diferença nem para outras pessoas pobres com a Copa. Não vimos nenhuma melhoria, nem assistência financeira, nem moradia, nem educação, nem saúde. Nada melhorou para os que realmente precisam". Rita, moradora da Favela do Metrô, em [Rio's poor worried about redevelopment](#)

"Para mim a maior injustiça que eu encontro com respeito às remoções, acredito que seria se colocassem as pessoas lá pra Baixada, pros bairros mais afastados da vida social, da vida urbana. Porque a maioria das pessoas se localizam e trabalham no centro da cidade, no centro do Rio, e se for morar nesses lugares distantes vão levar três horas, quatro horas só na condução devido à distância e ao engarrafamento...pra mim seria uma grande injustiça". Monique, Moradora da Indiana em [Slumstories: Brazil - Clearing slums in Rio](#)

"Eu sair? Pra mim seria como tirar o chão de baixo de mim". Morador do Laboriaux em [Forced Evictions in Rio de Janeiro](#)

"Vieram, deram alguns minutos pra a gente tirar as coisas...a gente pediu pra eles esperarem pra gente arrumar um lugar pra colocar (as coisas). Eles disseram que não iam esperar, que ia botar num caminhão pra levar pra um depósito, a gente não queria que fosse pro depósito... Ele esperou só a gente sair, minha

esposa desmaiou, tudo mundo aqui viu, tudo mundo aqui tirou foto de eu levando ela pro UPA.... tomei dois Diazepan de 10 miligramas porque fiquei muito mal, psicologicamente, meu irmão também tá mal até agora.... Minha mãe é hipertensa, tem problema, só tem um pulmão respiratório, tem 71 anos de idade, também não tem onde morar. Nenhum de nós temos onde morar. Eles queriam mandar a gente pra abrigo. [Pergunta: vocês moram aqui há quanto tempo?] Nós somos nascidos e criados aqui". Edmilson, Morador do Largo do Campinho, em [Moradores do Largo do Campinho fazem combativo protesto contra a remoção](#)

"Eu não sabia que para a gente ter jogos, pra gente ter Olimpíadas, a Copa aqui precisaria remover todas as comunidades, limpar a fachada do Rio de Janeiro. Afinal de contas, essa Copa e essa Olimpíadas é pra mim ou pra gringo?". Moradora da Estradinha, em [Protesto repudia os crimes do Estado no rastro da Copa e das Olimpíadas no Brasil](#)

"Marcaram, não me deram papel, não me escreveram, não me deram comunicação nenhuma, só marcaram. E eu tenho até o final do mês, e aí? O que que eu vou fazer agora?" Luis, Morador em [Vozes da Missão: Morro da Providência](#)

"[Pergunta: porque o senhor acha que está acontecendo isso aqui?] Maquiagem, maquiagem. A obra não é para as pessoas que moram na comunidade, é para gringo vim ver, estrangeiro. Porque não bota um posto de saúde? Não tô pedindo esmola, eu trabalho, tenho condições de construir minha casa, trabalho pra isso. Eu tenho oito filhos, eu nunca peguei uma cesta básica do governo, nada. A pedrinha que tem na minha casa, fui eu que construí". Luis, Morador em [Vozes da Missão: Morro da Providência](#)

"Meu nome é Diego, eu tenho 23 anos, moro aqui na comunidade minha vida toda. Eles entraram com uma idéia de que o imóvel onde eu moro estaria em risco, seria uma área de risco e, para proteger a gente, seria melhor que fôssemos retirados desse imóvel. Só que, sabendo que a gente já mora lá e tudo mais, a gente entrou com um outro profissional na área para poder avaliar o imóvel e ele disse que não constava; ou seja, uma coisa que eles propositalmente criaram para poder estar retirando a gente do imóvel pra tá dando lugar a uma outra coisa que a gente nem mesmo sabe". Diego, Morador em [Providência: 115 Anos de Luta](#)

"Eu vim pra dizer que meu nome é Márcia, eu moro na [endereço], e não tô pedindo pra sair da minha casa. 'Ah, a senhora trouxe identidade? Trouxe CPF?'. Eu falei: 'identidade? CPF? pra que?' 'Ah não, porque o seu cheque tá pronto' 'Que cheque? Não tô pedindo cheque nenhum.' Aí eu escutava pela boca das pessoas aqui da comunidade: 'Ih, vc não vai sair daí não? Olha, a conversa tá que se vc não sair por bem vc vai sair por mal. Eu falei: 'então vamos ver'. E daí pra cá só foi tortura." Moradora em [Moradores do Morro da Providência seguem resistindo à remoção](#)

"Quando saiu aquele vídeo na internet com eu fazendo aquelas denúncias, chegou um cidadão pra mim, me oferecendo um valor, uma negociata. Que eu tirasse o vídeo do YouTube em troca de assinar minha carteira pela obra, pela empresa pela empreiteira que tava realizando a obra na comunidade." Morador em [Moradores do Morro da Providência seguem resistindo à remoção](#)

"Eu estava trabalhando no trabalho, e quando eu cheguei em casa, meu filho de 13 anos me falou que passou o pessoal da Prefeitura entregando esse papel pra que eu fosse na Prefeitura com a notificação, e que marcaram minha casa, que ia sair. E falaram que, na segunda-feira, eu fosse na Prefeitura". Morador em [Forced Removals in Pavão-Pavãozinho](#)

"Ele falou que não era pra gente ficar com o negócio de advogado, nem de Defensoria, porque a Defensoria não serve de nada, que vocês falam um monte de coisa na nossa cabeça, pra gente fazer um monte de coisa e que na hora não serve de nada. Que chega na hora do vamos ver vocês tiram o corpo fora". Moradora em [Rua do Livramento 2](#)

"Nem ordem da justiça eles estão respeitando, eles estão vindo aqui, estão ameaçando, tão dizendo que vão derrubar. Que se a gente quiser, a gente vai para abrigo mas tb não é coisa certa pq o abrigo não tem

capacidade de compor todas as pessoas lá dentro. E que a gente que se vire". Inês, Moradora em [Transcarioca: Moradores da rua Domingos Lopes resistem à remoção](#)

"Realmente eu vejo que desse legado de megaeventos, o que ficará pra favela? O que ficará de benefício pras pessoas que são classe menos favorecida, os pobres? E realmente vc tá vendo que a cidade tá sendo preparada pra elite, e cada vez mais expulsar os pobres dos centros urbanos em que se convive diariamente, querendo ou não, com a elite carioca e os megaempresários e barões." Morador em Morro Santa Marta na mira da política de remoções da Prefeitura do Rio

"Moro aqui desde 87, entendeu? Tenho título de posse do Brizola, tenho o seguro de posso que ele deu pra gente e pago IPTU, todo o ano vem IPTU pra mim". Osmarina, Moradora em [Depoimento de Osmarina Fernandes, Vila Autódromo](#)

"Chegaram falando que eles iam fazer o cadastro, e que se não fizesse, já tinha perdido a causa, e eles iam vir aqui e demolir. (A gente) ia perder a casa de qualquer forma". Fredison, Morador em [Vila Autódromo/RJ - Cadastro da Prefeitura para o início do projeto de remoção](#)

"[Morador pergunta para representante da Prefeitura] Isso aí (o cadastro) é para a remoção da comunidade? [Resposta: aí, a (Secretaria da) Habitação já conversou com o senhor?] Não. [Resposta: Nós somos dos benefícios] E quais são os benefícios? [Representantes da Prefeitura saem andando sem dar a resposta] Morador em [Vila Autódromo/RJ - Cadastro da Prefeitura para o início do projeto de remoção](#)

"No caso específico da Vila Autódromo, a gente reivindica o direito de inclusão nos benefícios dos Jogos Olímpicos, não só a Vila Autódromo, mas todas as comunidades que estão no entorno dos benefícios dos Jogos Olímpicos. Que os benefícios venham para toda a cidade, e não para alguns". Inalva, Moradora em [Communities face the threat of eviction in the wake of Rio's winning Olympics bid](#)

"A princípio eles chegaram alegando... pedindo aos moradores para irem lá em cima e fazerem um cadastramento de bolsa família, e os moradores foram, uma semana depois já vieram numerando as casas, pichando e dizendo que ia tirar foto dizendo e que Vila ia ser removida, com o consentimento dos moradores porque já estava tudo assinado". Gisele, Moradora em [Remoções justificadas pela Copa e Olimpíadas no RJ - Vila Harmonia](#)

"A gente sabe que vai passar a obra, tudo bem. Mas e aí? Nós que vamos pagar esse preço? Nós temos direitos, o artigo 429 da Lei Orgânica Municipal diz que eles podem reassentar e não remover, remove é lixo. Gente não remove, gente reassenta. E no espaço de no máximo 7km". Jorge, Morador em [Vozes da Missão - Vila Recreio 2](#)

"[Pergunta: Como é que tá a situação das famílias que já saíram?] As que eu consegui falar com elas, os filhos não têm escola porque não conseguem vir de lá pra cá pra escola que era deles, e lá, as escolas já eram superlotadas e não conseguiram vaga. Alguns já perderam emprego. Outros tão reclamando porque têm que sair 4 horas da manhã de casa e chegam quase 10 horas da noite, não sabem até quando vão suportar". Jorge, Morador em [Vozes da Missão - Vila Recreio 2](#)

"Vcs tão servindo ao Paes ... tira o povo, não quer nem saber quem mora aqui. Meu barraco é pequenininho mas é meu, eu não roubei, é meu. Ninguém vai me tirar daqui, ninguém. Se vcs estão pensando que vão tirar minha família daqui, vcs estão enganados. Vão pro inferno vcs pq vcs querem derrubar o que é meu (...) Eu estou na minha casa. Chegou, não adianta. Não adianta. Eu estou na minha casa. A casa é minha, vai derrubar a da mãe do Paes, não a minha. Eu não vendi nada pra ninguém". Moradora em ["Vão derrubar a casa da mãe do Paes!"](#)

"Como é que a pessoa que tirar a pessoa da casa --ninguém tá aqui para atrapalhar o progresso-- só que ela não foi indenizada, não foi notificada nem nada. Como é que a pessoa agora, chovendo, idosa, tirar a pessoa da casa?" Morador em [Abusos marcam o início das remoções no Largo do Campinho](#)

"Eu não falo de comunidades de 2, 3 anos, eu falo de comunidades de 60, 70, 50 anos que estão recebendo edital, eu contenho um aqui em mãos, em que a prefeitura determina um prazo, e eu não estou

exagerando, é documento oficial da prefeitura, de 0 dia, tá aqui, de 0 dia, a contar do recebimento deste para desocupar a área onde reside." Procurador de Justiça Leonardo Chaves em [ESPN: Desapropriações no Rio para Copa e Jogos-2016 ignoram lei e cidadãos](#)

"(O Secretário de Habitação, Jorge Bittar) vem de uma forma ditatorial - nós vamos ter que sair e sair pra lá. Ele tá agindo como os militares agiam na época da ditadura, em que eles viam e se tu não saísse eles te matavam. Então agora é uma ditadura velada, vai mandar pra lá, vai mandar as pessoas, pronto resolveu o problema. Resolveu o dele, mas o das pessoas vai começar ou piorar." Roberto, Morador em [Moradores do Sambódromo ameaçados de remoção para obras de maquiagem na Sapucaí](#)

"A minha vó ficou a noite inteira rodando no quintal sem dormir. Essa senhora nasceu aqui, ela tem 78 anos. Então, antes que a gente perca a vida, perca pessoas, a gente tá saindo. Eles não mostram documento nenhum Patrick mas eles exigem tudo da gente, intimação... Um funcionário da subprefeitura Leandro falou que nós fomos notificados em dezembro. Isso não ocorreu - eles trouxeram uma xerox de um papel, jogaram em cima de uma criança de 7 anos e queriam que uma criança de 15 anos assinasse o papel. É desse jeito que eles estão tratando a gente". Márcia, Moradora em [Vila Harmonia é atacada pelas tropas da prefeitura do Rio de Janeiro](#)

"Eles precisam saber do que eles andam fazendo com a gente, porque eles mostram lá fora é que a Copa e a Olimpíadas é tudo de bom para o rio de janeiro e isso é tudo mentira, porque pra isso tudo de bom acontecer, eles estão destruindo muitas casas, famílias e vidas". Antonieta, Moradora em [O vídeo que a Prefeitura do Rio de Janeiro não quer que você veja...](#)

"Dez horas da manhã chegaram com a máquina toda, polícia, policiais com arma a prova de choque. Já chegaram desocupando imóvel, quem não queria sair aquela retroescavadeira que está até aqui hoje, derrubavam a porta do morador, subiam os guardas municipais em cima, entravam na sua casa, tiravam você a força, derrubava". Edilson, Morador em [Vozes da Missão: Restinga](#)

"Quando veio tirar a gente daqui, falou que a gente era lixo, que ia remover o lixo da Avenida das Américas. Eu tô indignado com isso. Fica promessa do secretário de Habitação que ia indenizar a gente mas só tá na promessa - cumprir ninguém cumpre. O povo aqui foi tratado igual a lixo. Aqui tinha 150 moradias e comércios. Não deu nenhum tipo de indenização pra gente, os comerciantes não receberam nada, nem um real. Eu tô indignado, esse país não tem lei. Se eu tivesse condição eu ia embora daqui, eu tenho vergonha de ser brasileiro. Eu me sinto um otário, porque quando o Brasil ganhou essa porra de Olimpíadas, eu tava na Linha Amarela e fiquei buzinando igual um bobão. E agora tô pagando isso aí. Isso que é Copa do Mundo, isso que é espírito olímpico? Até concordo com o progresso, ninguém tá aqui pra atrapalhar o progresso, mas não pode passar uma avenida por cima do pobre, isso não entra na minha cabeça não". Michel, Morador em [Vozes da Missão: Restinga](#)

Apêndice 4:

LISTA COMPLETA DOS VÍDEOS IDENTIFICADOS

1. #entresempater_Robson - o que é moradia pra você
2. A Caminho da Copa - Teaser
3. Abusos marcam o início das remoções no Largo do Campinho
4. Apóie a CPI das Remoções - Câmara Municipal do Rio de Janeiro - parte 1
5. Asa Branca Antes dos Jogos Olímpicos
6. Ato pelo Direito à Cidade, pela Democracia e Justiça Urbanas
7. Ato pelo Direito à Cidade, pela Democracia e Justiça Urbanas
8. Cai mais uma favela da zona oeste do Rio após meses de resistência
9. Campinho Evictee on what Rio Government could have done
10. Choque contra moradores da taboinha
11. Comerciantes do Morro da Mangueira são atacados pelos tratores da prefeitura
12. Communities face the threat of eviction in the wake of Rio's winning Olympics bid
13. Continua a luta dos moradores da Favela do Metrô-Mangueira
14. CULTURA URBANA REMOÇÃO NO MORRO DA PROVIDÊNCIA .f4v
15. Demolição de casas para a obra do Transcarioca
16. Demolição Favela Naval
17. Depoimento de Osmarina Fernandes, Vila Autódromo
18. Desapropriação pela Transcarioca
19. Despejo em prédios do projeto Minha Casa, Minha Vida deixa dezenas de famílias na rua
20. Equipes de demolição retornam à Vila Harmonia
21. ESPN: Desapropriações no Rio para Copa e Jogos-2016 ignoram lei e cidadãos
22. EVICTEE TESTIMONIAL: Depoimento de morador removido da Favela Metrô-Mangueira
23. FABIO- Moradores da vila taboinha protestam contra desocupação na comunidade de Varjem grande
24. FALA DEFENSOR ! Olimpíadas 2016 e a Remoção de Comunidades
25. Favela da zona oeste do Rio é atropelada pelos tratores da prefeitura
26. Forced Evictions in Rio de Janeiro
27. Forced Evictions in Rio de Janeiro, Interview with Favela Resident
28. Forced Removals in Pavão Pavãozinho
29. Hundreds of houses demolished in the Brazilian favelas
30. IMAGENS QUE A GLOBO NÃO MOSTROU 2 CHOQUE DE ORDEM
31. Luta Pela Moradia - A Voz dos Excluídos
32. Manhattan Brasileira
33. Metrô-Mangueira - "O país da Copa"
34. Moradores da Vila Autódromo entregam plano de reurbanização da favela à prefeitura do Rio
35. Moradores da Vila Taboinha resistem corajosamente à tentativa de despejo do Estado reacionário
36. Moradores de área conhecida como Pico do Morro Santa Marta terão que ser removidos
37. Moradores do Largo do Campinho ameaçados de remoção
38. Moradores do Largo do Campinho fazem combativo protesto contra a remoção

39. Moradores do Morro da Providência ameaçados de remoção pela Prefeitura
40. Moradores do morro da Providência seguem resistindo à remoção
41. Moradores do Sambódromo ameaçados de remoção para obras de maquiagem na Sapucaí
42. Moradores históricos do Morro da Babilônia estão ameaçados de ser removidos pela Prefeitura
43. Morar Carioca Morro da Providência denúncia 2
44. Morro da Providência - A história contada de dentro para fora
45. Morro da Providência - Teleférico para quem?
46. Morro da Providência # Entre Sem Bater
47. Morro Santa Marta na mira da política de remoções da prefeitura do Rio
48. MOV04659
49. Não há dinheiro para escolas, mas aparece milhões para construir estádios'
50. o dia que minha vida e dos meus filhos e neto foram acabadas
51. O Legado Somos Nós: A História de Elisângela
52. O Legado Somos Nós: A História de Francisca
53. o resto que sobrou de uma construção demolida por Eduardo Paes
54. O vídeo que a Prefeitura do Rio de Janeiro não quer que você veja...
55. Obras para a Copa e Olimpíada desapropriam ilegalmente moradores no Rio de Janeiro - 1
56. ONU denuncia violação de direitos humanos na remoção de famílias em obras da Copa e Olimpíadas
57. Praça Américo Brum, Providência, Rio de Janeiro
58. Prefeitura do Rio quer remover mais de 100 favelas na cidade
59. Prof. Carlos Vainer fala sobre Megaeventos no programa Juca Entrevista
60. Prof. Carlos Vainer sobre Megaeventos no programa Juca Entrevista
61. Protesto repudia os crimes do Estado no rastro da Copa e das Olimpíadas no Brasil
62. Providência: 115 Anos de Luta | 115 Years of Struggle
63. Quase 4 mil imóveis serão demolidos para construção de via expressa - Repórter Rio
64. Raquel Rolnik on mega-events and forced evictions in Rio de Janeiro
65. Record - Famílias são obrigadas a deixar suas casas pelas obras da Copa
66. Remoção da Favela da Praia do Pinto (1/4) - De Lá Pra Cá - 11/05/2009
67. Remoção de Comunidades no Rio de Janeiro. Por que?
68. Remoções 'a expressão do mais perverso da nossa sociedade'
69. Remoções justificadas pela Copa e Olimpíadas no RJ - Restinga
70. Remoções justificadas pela Copa e Olimpíadas no RJ - Vila Harmonia
71. Remoções justificadas pela Copa e Olimpíadas Rj - Vila Harmonia
72. Remoções no Rio de Janeiro
73. Remoções Polêmicas - Repórter Rio 18/10/2011
74. Remoções: 'a expressão do mais perverso da nossa sociedade'
75. repper Fiell convida para trilha ao mirante Dona Marta.
76. Residentes de favela em Rio de Janeiro seran desplazados por los Juegos Olimpicos 2016.flv
77. Reunião SMH com moradores da Providência
78. Rio favela homes make way for World Cup – video
79. Rio's poor worried about redevelopment

80. RJTV: Projeto TransCarioca, é o Rio se Preparando para 2014-2016
81. Rua do Livramento 1
82. Rua do Livramento 2
83. Rua do Livramento 3
84. S.O.S. COMPLEXO MARACANÃ
85. se podia legalizar porque derubou?
86. Shooting and eviction in favela Cantagalo-Pavão-Pavãozinho
87. Slum Stories: Brazil - Forced to move for the Olympics
88. Slum Stories: Brazil - Living in the city that hosts the World Cup
89. Slumstories: Brazil - Clearing slums in Rio
90. Tinha um lar depois da demolição de Eduardo Paes fiquei em um quaro com meus 5 irmãos
91. Trabajares
92. Transcarioca: Moradores da rua Domingos Lopes resistem à remoção
93. Tv Tatuzario - Megaeventos: Vila Autódromo resiste e apresenta projeto alternativo
94. Tv Tatuzario - Vila Autódromo barra na justiça licitação da Prefeitura
95. Vão derrubar a casa da mãe do Paes!
96. Vídeo de leitor do SRZD mostra confusão em ação de demolição da Prefeitura do Rio
97. Vila Autódromo
98. Vila Autódromo - Depoimento de Dona Sandra (2)
99. Vila Autódromo - morador relata suas escolhas em morar ali e que "ninguém se importa"
100. Vila Autódromo - Rio Sem Remoções
101. Vila Autódromo Responds to City's Latest Threat of Eviction
102. Vila Autódromo/RJ - Cadastro da Prefeitura para o início do projeto de remoção
103. Vila Hamornia - Ataque da Prefeitura do Rio, demolindo e removendo
104. Vila Harmonia - RJ - Ataque da Prefeitura do Rio, demolindo e removendo.
105. Vila Harmonia é atacada pelas tropas da prefeitura do Rio de Janeiro
106. Vila Harmonia, Recreio 2 and Restinga removed to make way for Olympics infra-structure
107. Vila Quaxime: Moradores de Madureira são expulsos de suas casas pela prefeitura do Rio
108. Violação dos Direitos Humanos no Morro da Providência
109. Visita ao pavão pavãozinho - 08/02/11
110. Vítor Lira: poder público covarde no Santa Marta
111. Vozes da Missão - Favela do Metrô
112. Vozes da Missão - Morro da Providência
113. Vozes da Missão - Restinga
114. Vozes da Missão - Vila Recreio 2

Apêndice 5:

LISTA COMPLETA DOS PRODUTORES DOS VÍDEOS IDENTIFICADOS

1. ADPERJ
2. Agência de Notícias A Nova Democracia
3. Agência Mídia Livre
4. Al-Jazeera
5. Anistia Internacional
6. BoletimMST
7. boletimmstrj
8. Carlos Pinto
9. coletivoacidade
10. Comcat
11. Comitê Popular Rio da Copa e Olimpíadas
12. Crriollla
13. Darkatia
14. Entre Sem Bater
15. Erick Omena
16. ESPN
17. Fábio Prestes
18. Favela Info
19. Fulô Filmes
20. Globo News
21. Gustavo Guerreiro
22. HenriqueZizo
23. Icostac
24. IPPUR
25. leitor do SRZD
26. Maria Clara dos Santos
27. MC Boquinha
28. MNLM
29. Moradores
30. Mundo Real 21
31. Patrick Granja
32. Plataforma Dhesca Brasil
33. Priscila Néri
34. Reimontvideos
35. Repper Fiell
36. Rio On Watch TV
37. Roberto2350
38. Rosefranco19

39. slumstoriesTV
40. Tiago Donato
41. TV Brasil
42. TV Brasil - De Lá Prá Cá
43. TV Tatuzaio
44. unegro
45. VivianMaria (Guardian)
46. WITNESS

Apêndice 6:

SÍNTESE DAS FAMÍLIAS REMOVIDAS NO RIO DE JANEIRO EM 2013

FONTE COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO

Quadro 1

Síntese do Número de Famílias Removidas ou Ameaçadas de Remoção, por comunidade, Cidade do Rio de Janeiro, 2013

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Removida	65	BRT Transcarioca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/i	100	Removida	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	Removida	27	BRT Transcarioca
4. Penha Circular	s/i	40	Removida	40	BRT Transcarioca
5. Largo do Tanque	s/i	66	Removida	66	BRT Transcarioca
6. Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	68	28	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	300	Removida	300	Construção do Parque Municipal de Madureira/"Legado"associado à Transcarioca
8. Restinga (Recreio)	1994	80	s/i	80	BRT Transoeste Barra da Tijuca a Santa Cruz
9. Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Removida	235	BRT Transoeste
11. Notredame	s/i	52	s/i	52	BRT Transoeste
12. Vila da Amoedo	s/i	50	s/i	50	BRT Transoeste
13. Vila Taboinha	1990	---	400	400	Reintegração de posse
14. Asa Branca (Curicica)	1986	---	s/i	s/i	BRT Transolímpica
15. Vila Azaleia (Curicica)	1990	---	100	100	BRT Transolímpica
16. Vila União (Curicica)	década de 1980	---	3.000	3.000	BRT Transolímpica
17. Colônia Juliano Moreira	1935	---	400	400	BRT Transolímpica
18. Metrô Mangueira	1980	566	46	612	Estacionamento para o estádio do Maracanã
19. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	---	500	500	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
20. Belém-Belém (Pilares)	1972	---	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
21. Favela do Sambódromo	s/i	60	Removida	60	Alargamento do Sambódromo
22. Morro da Providência	1897	140	692	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
23. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Removida	150	Projeto Porto Maravilha
24. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Removida	30	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupações na Rua do Livramento	s/i	---	400	400	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupação Boa Vista	1998	35	Removida	35	Projeto Porto Maravilha
27. Quilombo das Guerreiras	2006	---	50	50	Projeto Porto Maravilha
28. Zumbi dos Palmares	s/i	133	Removida	133	Projeto Porto Maravilha
29. Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Removida	47	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Removida	70	Projeto Porto Maravilha
SUBTOTAL 1		2.434	5.916	8.350	COPA E OLIMPÍADAS
31. Tabajaras / Estradinha	1986	252	100	352	A Prefeitura alega que a área é de risco
32. Virgolândia	década de 1980	600	---	600	Faixa Marginal de Proteção
33. Pavão-Pavãozinho	1930	300	---	300	A Prefeitura alega que a área é de risco
34. Santa Marta	1942	---	150	150	Área de risco no Pico do Santa Marta
35. Vidigal	1941	---	40	40	Área de risco
36. Horto	1811	3	520	523	Interesse ambiental e patrimônio histórico
37. Indiana	1957	110	517	627	Área de risco
SUBTOTAL 2		665	1.927	2.592	INTERESSE IMOBILIÁRIO, AMBIENTAL E ÁREA DE RISCO
TOTAL		3.099	7.843	10.942	

Apêndice 7:

VIOLAÇÕES DE DIREITOS APONTADAS POR DEFENSORES DO NÚCLEO DE TERRAS DO ESTADO DO RIO EM 2012.

1. Violação ao direito à informação - a pessoa relata não ter recebido as devidas informações do poder público sobre o motivo da remoção, as opções de reassentamento, os direitos da família atingida, os prazos e processos para se obter informações, etc
2. falta de acesso ao projeto de interesse público e debates sobre o mesmo e também a alternativas e soluções com a comunidade.
3. Falta de apresentação de plano de reassentamento
4. Falta de aviso prévio adequado - a pessoa relata não ter sido notificada com tempo suficiente (por exemplo: uma família recebe uma ordem para sair da sua casa em poucos dias)
5. Intimidação e ameaças - a pessoa diz ter sofrido pressão do poder público para sair da sua casa antes dos devidos processos serem concluídos
6. Falta de devido processo legal - a pessoa diz não conhecer seus direitos e não ter conseguido nenhum tipo de apoio jurídico de advogados ou defensores públicos
7. Demolição parcial da comunidade para pressionar os que ainda resistem - a pessoa diz que o poder público já começou a demolir casas na comunidade, deixando os escombros e dificultando a vida das pessoas
8. demolição de imóveis realizadas sem observância dos requisitos legais, como presença de profissional habilitado e medidas de segurança que garantam a integridade física das pessoas bem como dos imóveis vizinhos
9. Propostas inadequadas de reassentamento - a pessoa relata que a alternativa oferecida pela Prefeitura é inferior a situação atual da família atingida, impedindo que a pessoa poder manter ou melhorar sua condição de vida
10. Propostas inadequadas de indenização - a proposta de indenização que a Prefeitura oferece valor insuficiente para manter sua qualidade de vida
11. Violação ao direito à posse - apesar de viver na comunidade há mais de 5 anos sem ter tido sua posse contestada, este direito não está sendo respeitado
12. Violência física da polícia ou dos agentes da prefeitura durante a remoção
13. Agressões, intimidações e ameaças verbais antes ou durante a remoção
14. Perda de bens e pertences pessoais durante a remoção
15. Remoção em períodos proibidos pelas normas dos direitos humanos (por exemplo: remoção à noite, em dias de importância religiosa, em dias de mau tempo)
16. Remoção sem cuidados específicos para pessoas com necessidades especiais como idosos, crianças, pessoas com necessidades médicas, etc
17. Demolição sem um reassentamento definitivo já assegurado e aprovado pela comunidade
18. Falta de entrega de documentação oficial do poder público durante a remoção
19. Falta de identificação dos representantes do poder público (o não-uso de crachás, por exemplo)
20. Ausência de assistência social, médica e psicológica
21. A casa foi marcada pela SMH sem autorização do possuidor ou proprietário, danificando o imóvel
22. Área considerada de risco sem apresentação de laudo técnico fundamentado,
23. Área considerada de risco sem garantia de participação da comunidade nas alternativas e soluções oferecidas
24. Área considerada de risco sem garantia de reassentamento em local próximo

Apêndice 8:

PROPOSTAS DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO

O Comitê Popular Rio, em suas ações de mobilização, reforça a defesa dos seguintes direitos, que vêm sendo sistematicamente violados pelo Estado e pelos promotores privados dos megaeventos, em associação com os agentes públicos:

1. Os direitos à moradia, ao transporte público, barato e de qualidade, à educação, à saúde, à arte, à cultura, ao saneamento básico, a um meio ambiente saudável, ao esporte e lazer da população não podem ser comprometidos em nome dos megaeventos esportivos;
2. Que as decisões sobre projetos e obras a serem realizados na cidade, envolvendo recursos públicos, ou mudanças das normas e marcos legais, sejam definidas considerando as necessidades e prioridades da população, considerando políticas públicas e o planejamento de Estado, em espaços democráticos de decisão, e não motivadas por interesses restritos de grupos (empresariais, imobiliários, da construção civil, do entretenimento, ou outros) definidos em negociações privadas (e muito menos tendo em vista apenas os poucos meses dos jogos da Copa e Olimpíadas), o que implica em:
 - Disponibilização pública dos projetos e documentos de compromissos a serem assumidos pelo Estado para a realização dos megaeventos para discussão pública por meio de audiências (antes que as decisões sejam tomadas), com garantia de participação da população atingida, ou seja, em locais e horários acessíveis à população trabalhadora;
 - Respeito à legislação federal, estadual e municipal na realização de Estudos de Impacto Ambiental e de Impacto de Vizinhança, incluindo nos estudos, conforme prevê a legislação, aspectos urbanos, socioeconômicos, históricos e culturais da sociedade local;
 - Apresentação de alternativas (e não de propostas únicas), considerando os menores custos sociais, e maiores resultados para a sociedade;
 - Prestação de contas à sociedade quanto às decisões tomadas, respondendo às reivindicações e denúncias apresentadas em audiências públicas.
3. Investimentos públicos na cidade devem promover o Direito à Cidade, e não sua elitização e mercantilização. Enquanto que para a população de baixa renda não é sequer reconhecido o direito à posse da terra, recursos públicos são drenados para investimentos em infraestrutura privilegiando bairros de classes média e alta, ampliando a concentração privada do solo, e garantindo grandes valorizações do patrimônio privado de proprietários de renda alta, incorporadores e especuladores imobiliários. Os gastos realizados e previstos para os megaeventos revelam que há um grande volume de recursos públicos a serem investidos na cidade, e estes devem ser direcionados a atender o Direito à Moradia e o Direito à Cidade.

(...)
4. Acesso da população atingida aos meios técnicos e jurídicos para a defesa de seus direitos, o que inclui:
 - Acesso à informação;
 - Garantia de atendimento e assessoria jurídica junto ao Ministério Público e Defensoria Pública.

7. Caso seja demonstrada pública e democraticamente a real necessidade de remoções e desapropriações para a realização de obras públicas, considerando a necessidade social da obra dentro de políticas públicas de estado, estas devem garantir o direito à moradia, o direito à cidade, e a reparação de danos causados às pessoas atingidas. Considerando as violações em curso na cidade do Rio de Janeiro, cabe especial atenção à garantia de:
- Reconhecimento da posse da terra, e não apenas das benfeitorias, para aqueles que detêm a posse da moradia por mais de 5 anos, considerando a legislação federal que confere o direito à posse por meio do Usucapião Urbano e da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia – CUEM. Isto implica no reconhecimento do valor da terra de modo a permitir ao morador aquisição de nova moradia nas mesmas condições da anterior;
 - Realização de todos os procedimentos legais necessários para a desapropriação por interesse público, garantindo notificação prévia dos moradores para que tenham acesso aos meios para busca da melhor alternativa para sua situação;
 - Apresentação das alternativas à população em audiências públicas, reconhecendo as formas de organização popular (associações de moradores, movimentos de moradia, lideranças indicadas pelos moradores), negociações não podem se dar caso a caso;
 - Garantia do direito ao reassentamento em local próximo (considerando a Lei Orgânica do Município) nas mesmas condições da moradia anterior, reparação aos danos causados quando for o caso, e opção pela justa indenização em favor dos reais possuidores dos imóveis;
 - Revogação do decreto municipal 34.522 de outubro de 2011, em função da sua inconstitucionalidade, uma vez que comprovada a posse por mais de 5 anos, tem o morador, portanto, o direito ao usucapião urbano ou CUEM;
 - Garantia do princípio da precaução nas ações: prevenir situações de risco ou conflito que possam produzir danos sérios ou irreversíveis;
 - Reassentamento ou indenização justa antes da remoção.

Apêndice 9:

MAIS SOBRE O PROJETO DA CURADORIA

A curadoria é um projeto que se propôs a identificar, cadastrar, validar, contextualizar e sistematizar vídeos **sobre as remoções forçadas no Rio de Janeiro**, principalmente as remoções ligadas (diretamente ou indiretamente) às obras da **Copa de 2014** e as **Olimpíadas de 2016**.

Concebida como uma curadoria **ativista**, o projeto buscou – além de simplesmente juntar vídeos – encontrar a narrativa da soma das partes e oferecer maneiras para mais pessoas entenderem e se engajarem na luta contra as remoções forçadas no Rio. Também tivemos como objetivos:

- ξ Fazer com que estes materiais fossem vistos e tratados como *documentação* de direitos humanos, e não apenas como "clipes no YouTube";
- ξ Conectar os pontos entre estes vídeos para mostrar o que eles têm em comum, extraindo a narrativa maior, denunciando as violações recorrentes e reforçando as demandas municipais. Com essa história do todo, esperamos que o poder público não consiga mais alegar que os casos de remoções representam casos isolados e exceções à regra;
- ξ Fazer com que vídeos produzidos por moradores e movimentos fossem vistos e acessados por um número maior de pessoas;
- ξ Potencializar a resistência dessas comunidades ao possibilitar um elo entre as comunidades ameaçadas e possíveis aliados;
- ξ Denunciar os casos de violação de direitos humanos para as autoridades que têm o poder ou a responsabilidade de tomar providências;
- ξ Estimular maior cobertura da imprensa ao apontar os resultados da pesquisa e as conclusões dos dados sistematizados dos vídeos.

A curadoria é, em si, uma nova obra criada a partir de muitas outras obras.

Porque uma curadoria?

O YouTube recebe, em média, 100 horas de vídeos novos por MINUTO! Diante desse mar de conteúdo, sentimos uma necessidade urgente de desenvolver maneiras para melhor entender, filtrar e dar sentido a todo este material.

Além de identificar os vídeos, também fizemos um detalhado cadastro que gerou um colaborativo banco de dados dos vídeos, um rico repositório que poderá continuar sendo utilizado pelos movimentos e redes que estão atuando contra as remoções no Rio de Janeiro. A

Qual foi a metodologia usada no projeto da curadoria?

1. O primeiro passo foi identificar vídeos dentro dos critérios listados acima. Isso foi realizado por meio de:
 - a. Emails para redes de ativistas pedindo sugestões de vídeos
 - b. Criação de um grupo no Facebook para a contribuição de vídeos
 - c. Buscas no YouTube e Google por termos de pesquisa como:
 - c.i. "remoções" "vídeos"
 - c.ii. "remoção Rio de Janeiro" "despejo Rio de Janeiro" "desalojo Rio de Janeiro" "remoção Providência" "remoção Vila Autódromo"
 - c.iii. "remoção SMH"
 - c.iv. "Copa do mundo" "olimpíadas" "transoeste" "transcarioca"

- d. Consultas pessoais a lideranças comunitárias, associações de moradores, movimentos sociais, jornalistas etc.

Um total de 114 vídeos foram identificados nesta busca.

2. Após identificados os vídeos, a equipe da curadoria criou um formulário Google para cadastrar cada vídeo -- este sistema garantiu a padronização da coleta de dados e também gerou um banco de dados colaborativo das informações contribuídas. O banco de dados organizou os vídeos por meio de informações como:
 - a. Tipo de violação denunciada em cada vídeo
 - b. Comunidades e regiões específicas citadas
 - c. Consequências das violações de acordo com os depoimentos retratados
3. Finalizado o cadastro dos vídeos, a equipe da curadoria passou à fase de qualificação e autenticação das denúncias, que incluiu:
 - a. A busca de materiais para verificar e respaldar as denúncias e informações contidas nos vídeos (*tais como documentação jurídica, artigos na imprensa, outros vídeos, blogs, fotografias, etc*). Usamos a regra jornalística de "triple source" para confirmar as informações, buscando três fontes diferentes e independentes para corroborar e respaldar cada denúncia.
 - b. A colaboração com advogados voluntários para conectar as denúncias em cada vídeo a violações específicas em leis municipais/estaduais/federais, assim como em tratados e acordos internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.
 - c. A seleção de depoimentos e histórias emblemáticas dos padrões mais abrangentes identificados pela pesquisa.

Quem integrou a equipe da curadoria?

Glauca Marinho é jornalista e milita na luta por moradia. Trabalha na área de comunicação ONG Justiça Global e colabora com o blog Pela Moradia. Participa do Fórum Comunitário do Porto e da Rede de Movimentos e Comunidades contra a Violência. Mora desde 2010 no Morro da Providência. glauca.marinho@gmail.com

Gizele Martins, moradora do Conjunto de Favelas da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Formada em Jornalismo pela PUC-Rio, há dez anos colabora e milita na área da comunicação comunitária e dos direitos humanos em favelas do Rio. Além de jornalista, Gizele também faz palestras, dá oficinas e trabalha como voluntária no jornal comunitário O Cidadão, que circula há 13 anos em todas as 16 favelas da Maré. Foi a partir da experiência local dentro das comunidades mais pobres, e sentindo na pele a total falta de direitos humanos, que a busca por uma sociedade mais justa igualitária começou na vida da Gizele.

Priscila Néri é uma jornalista brasileira e ativista de direitos humanos que trabalha em Nova York na WITNESS desde 2008. A WITNESS é uma ONG internacional de direitos humanos que ajuda ativistas, redes e movimentos sociais a usar o vídeo como uma ferramenta estratégica para gerar mudanças concretas em leis, políticas públicas e práticas que violam os direitos humanos. A WITNESS vem trabalhando no Rio de Janeiro desde 2010 em parceria com vários coletivos na luta contra as remoções forçadas ligadas aos megaeventos esportivos. Antes da WITNESS, Priscila atuou como documentarista e repórter, publicando matérias em veículos como O Estado de S.Paulo, Carta Capital, e outros.

Tiago Donato é videógrafo e ativista do Rio de Janeiro. Atua na luta contra as remoções forçadas na preparação da cidade para os grandes eventos esportivos desde 2010. Produziu a série "O Legado Somos Nós" sobre os personagens dessa história.

Vladimir Seixas é documentarista. Entre suas obras estão "Atrás da Porta", "Hiato" e "Entre".

Esse registro documental não seria possível sem a colaboração da defensora pública Adriana Britto e dos advogados Alexandre Mendes e Mariana Medeiros, do Renato Cosentino, que desde o início do projeto acreditou e apoiou a iniciativa, do Mário Campagnani pelo auxílio na área de comunicação e ao Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio.

Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012

Entre as favelas que vão desaparecer estão a do Horto (Jardim Botânico), a Indiana (Tijuca), a da CCPL (Benfica), a do Metrô (Maracanã), a Vila Autódromo (Barra) e a Vila Taboinhas (Vargem Grande). É o caso também da pequena Matinha, num trecho de floresta atrás do Ciep Ayrton Senna e na vizinhança da Rocinha.

(Veja a lista de comunidades onde haverá remoções)

Matéria do jornal O Globo 07/01/2010

<http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>

Matéria do jornal Extra 05/12/09

Notícias **Rio**

05/12/09 08:36 ↻ 10/12/10 11:24  0  0  0

Plano Estratégico: Paes quer reduzir em 3,5% total da área de favelas até 2012

- Não faremos remoções como no passado. O processo acontecerá sem traumas. Vamos oferecer alternativas às famílias que vivem em áreas de risco e insalubres. Além do Minha Casa, Minha Vida, elas poderão optar por comprar imóveis usados ou por indenização. Neste último caso, para voltar à terra natal - explica o secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar.

<http://extra.globo.com/noticias/rio/plano-estrategico-paes-quer-reduzir-em-35-total-da-area-de-favelas-ate-2012-207796.html>

Fontes

Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro 2º ed.
<http://direitoamoradia.org>